

Matrinchã
Transmissora
de Energia
(TP Norte) S.A.

**Demonstrações contábeis
regulatórias em
31 de dezembro de 2019 e 2018**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	6
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações do resultado	10
Demonstrações do resultado abrangente	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	14

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, apresentamos a seguir o Relatório da Administração, com as principais informações relativas ao exercício de 2019, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas e elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, os pronunciamentos e diretrizes contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, as quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. para a sociedade, parceiros, investidores e clientes.

EXERCÍCIO 2019

1. Perfil da Companhia

A Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. (“Companhia”), Companhia privada, de capital fechado, foi constituída em 14 de março de 2012 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - 12º andar, Centro do Rio de Janeiro. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) e tem como objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia. A Companhia sagrou-se vencedora do Lote A do Leilão de Transmissão nº 02/2012, realizado pela ANEEL em 09 de março de 2012, cujo Contrato de Concessão nº 012/2012 foi assinado em 10/05/2012. O Lote A é composto por três linhas de transmissão, Paranaíta – Claudia – Paranatinga - Ribeirãozinho com total de 1.005 km de extensão, e por três subestações, Paranaíta, Claudia e Paranatinga, todas as instalações no Estado do Mato Grosso. A RAP ajustada para o ciclo de 2019/2020 é de aproximadamente R\$ 191 milhões.

2. Gestão

A atuação da Administração tem enfoque na busca por eficiência nas operações, na segurança de todos os envolvidos, na responsabilidade social, na maximização da rentabilidade das acionistas e em sustentabilidade econômica.

3. Governança Corporativa

A Companhia tem como órgãos de administração a Diretoria e o Conselho de Administração, sendo este o órgão máximo de Governança apoiado, no que lhe refere, pelo Conselho Fiscal. Em 2019 foi contratada consultoria especializada para levantamento de riscos no nível corporativo, cujo objetivo é a estruturação de um ERM (Enterprise Risk Management) com vistas a continuamente identificar e monitorar os riscos à consecução dos objetivos do negócio. Os resultados serão entregues ainda no primeiro semestre de 2020, em linha com a intenção da Companhia em continuar o aprimorando sua atuação de forma transparente.

4. Desempenho Operacional

A Companhia optou por assumir integralmente as atividades de Operação e Manutenção (O&M) a partir de 01/01/2019 com o objetivo de maximizar a sua eficiência operacional mantendo apenas terceirizado o Centro de Operações – COS cujo serviço é prestado pela Itumbiara Transmissora de Energia, subsidiária integral da acionista State Grid Brasil Holding. Este processo iniciou parcialmente em 2018 e nestes dois anos a disponibilidade aumentou consideravelmente.

5. Desempenho Econômico-Financeiro

Em 2019, a Receita Operacional Bruta totalizou R\$ 200,3 milhões, aumento de 1,1% em relação a 2018, decorrente, principalmente, do aumento , do reajuste da Receita Anual Permitida.

As Deduções da Receita Operacional atingiram R\$ 29,9 milhões em 2019, um aumento de 14,2% em relação ao ano de 2018, afetada, principalmente pelo aumento da Receita Anual Permitida e das taxas regulatórias.

A Receita Operacional Líquida em 2019 atingiu R\$ 170,5 milhões, impactada principalmente pelas taxas regulatórias do período, um decréscimo de 0,9% em relação ao valor de 2018, que foi de R\$ 172 milhões.

As despesas administrativas e os custos de O&M em 2019 alcançaram R\$ 32,0 milhões, uma queda de 32,3% em relação aos R\$ 47,3 milhões de 2018 devido à (i) diminuição dos custos na operação e manutenção do empreendimento, já que a partir de março de 2018 a Companhia passou a assumir progressivamente a suas atividades de O&M e (ii) ocorrência de eventos extraordinários em 2018 com impacto os Custos de O&M.

A variação nos custos e despesas reflete, principalmente: (i) a mudança estrutural no quadro de colaboradores, que visa aumentar a eficiência da Companhia; (ii) a não ocorrência de impactos contábeis relacionados a eventos extraordinários e imprevisíveis envolvendo a linha de transmissão, como ocorreu em 2018; (iii) a menor necessidade de provisionamento para contingências no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 em relação ao exercício anterior, tendo em vista o encerramento de discussões judiciais, e distrato e pagamento de obrigações contratuais e a ampliação das coberturas securitárias, levando a uma queda de 83,6% em valores a serem provisionados.

O resultado financeiro atingiu R\$ 59,7 milhões em 2019 frente a R\$ 61,9 milhões registrados em 2018. A variação reflete, principalmente, a redução do serviço da dívida do BNDES.

O imposto de renda e contribuição social geraram despesa de R\$ 22,2 milhões em 2019, refletindo, principalmente a constituição do IR/CSLL diferidos no montante de R\$ 16,5 milhões.

O Prejuízo do período em 2019 totalizou R\$ 7,4 milhões, um decréscimo de 69,38% em relação ao prejuízo de 2018 de R\$ 24,4 milhões.

O EBITDA de 2019, foi de R\$ 138,5 milhões em 2019 com margem EBITDA de 81,2%, um aumento de 11,1% em relação ao EBITDA de 2018, que atingiu R\$ 124,7 milhões, principalmente, pela redução das despesas administrativas e de operação e manutenção.

A dívida bruta consolidada em 31 de dezembro de 2019 somou R\$ 707,4 milhões, uma queda de 6,11% em relação ao final de 2018, quando registrou R\$ 753,5 milhões, considerando o empréstimo com BNDES e a Segunda Emissão de Debêntures, ambos em fase de amortização.

6. Investimentos

Os investimentos da Companhia têm como objetivo principal o aumento de sua eficiência operacional, seja para os investimentos em P&D realizados em conformidade com a política regulatória do setor, seja para investimentos em melhorias.

A Matrinchã realiza ainda os investimentos necessários para atender outras obrigações regulatórias como é o caso das obras de construção do Novo Ramal Sinop, objeto da REA 7173/2018. Este projeto, cujo CAPEX total é de aproximadamente R\$ 134 milhões, tem um compromisso de execução de 40 meses e previsão inicial de entrada em operação será antecipada iniciando em maio/2020 com o Banco de Reatores na SE Claudia e a conclusão final da obra até julho de 2020. Quando estiver em operação definitiva, o Novo Ramal Sinop irá proporcionar um incremento de RAP de aproximadamente 10%.

A Companhia investe também em programas de pesquisa e desenvolvimento da ANEEL, de acordo com a legislação vigente. Foi concluída a primeira fase de um projeto em parceria com a COPEE – UFRJ sobre chaves seccionadoras seguras e está em andamento o desenvolvimento de um robô de monitoramento de Subestações com o LACTEC, do Paraná. O investimento já realizado chega a R\$ 2,5 milhões.

7. Auditores Independentes

Com respeito à prestação de serviços relacionados à auditoria externa, a Companhia informa que a KPMG Auditores Independentes prestou apenas serviços relacionados à Auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício de 2019.

A Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações contábeis regulatórias relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

**Aos Administradores e Diretores da
Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.**

Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. para cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento e mensuração do ativo Imobilizado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias

Veja as Notas Explicativas 7.2 e 13 às Demonstrações Contábeis Regulatórias

Principal assunto de auditoria	Como a auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia possui um contrato de concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica e em 31 de dezembro de 2019 apresenta em suas demonstrações contábeis regulatórias o montante de R\$ 1.959.189 referente ao seu ativo imobilizado. Esses ativos são mensurados ao custo de aquisição ou construção. A depreciação desses itens é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente, sendo que as taxas anuais de depreciação são determinadas pelo órgão regulador. Devido ao fato desses ativos serem os elementos mais relevantes das demonstrações contábeis regulatórias que influenciam diretamente o resultado operacional e conseqüentemente o patrimônio líquido, no contexto das demonstrações contábeis regulatórias como um todo, consideramos a mensuração do ativo imobilizado como assunto significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia para reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado. Adicionalmente, obtivemos as movimentações ocorridas no ativo imobilizado ao longo do exercício de 2019, efetuamos testes em bases documentais e confrontamos com os saldos contábeis. Também, efetuamos o recálculo da depreciação com base nas vidas úteis estimadas de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico ("MCPSE"), confrontando o resultado do referido recálculo com os saldos contábeis. Por fim, obtivemos a análise da Companhia sobre existência de indicadores de redução ao valor recuperável das suas unidades geradoras de caixa ("UGC") e avaliamos se as informações utilizadas para essa avaliação eram razoáveis e consistentes.</p> <p>Avaliamos ainda a adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis regulatórias.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a mensuração do ativo imobilizado, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.</p>

Outros assuntos

A Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 21 de fevereiro de 2020.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos

auditores

A administração da Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 09 de junho de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo
Contador CRC RJ-092563/O-1

Matrinhã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Milhares de Reais)

ATIVO	Nota	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	9	85.293	116.634
Contas a receber de clientes	10	18.561	23.114
Impostos a recuperar		23.681	6.230
Almoxarifado Operacional		11.038	7.562
Despesas antecipadas		1.317	442
Créditos a receber		6.414	4.733
Outros ativos circulantes		10	10
Aplicacao P&D		2.101	1.059
Total do ativo circulante		148.415	159.784
NÃO CIRCULANTE			
Caixa restrito	11	35.116	29.815
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12	34.007	55.323
Imobilizado	13	1.959.189	1.979.110
Intangível	14	36.484	36.413
Total do ativo não circulante		2.064.796	2.100.661
TOTAL DO ATIVO		2.213.211	2.260.445
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE			
Fornecedores	15	12.319	10.344
Retenções Contratuais		134	212
Empréstimos e financiamentos	16	54.967	53.988
Debêntures	17	27.698	16.204
Salários e encargos		603	895
Imposto de renda e contribuição social		-	4.651
Impostos e contribuições sociais		2.119	4.845
Dividendos propostos	19d	62.554	43.818
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		3.705	2.670
Total do passivo circulante		164.099	137.627
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	16	425.480	479.990
Debêntures	17	199.299	203.326
Passivo Contingente	18	1.097	3.161
Outros Passivos		1.682	1.420
Total do passivo não circulante		627.558	687.897
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	19a	1.508.073	1.508.073
Reserva legal	19b	20.683	16.739
Reserva de incentivos fiscais	19c	12.849	-
Prejuízos acumulados		(120.051)	(89.891)
Total do patrimônio líquido		1.421.554	1.434.921
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.213.211	2.260.445

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras regulatórias.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Demonstrações do resultado dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Receita operacional líquida	20	<u>170.487</u>	<u>172.032</u>
Despesas de operação e manutenção - O&M		<u>(21.592)</u>	<u>(35.236)</u>
Lucro Bruto		<u>148.895</u>	<u>136.796</u>
Despesas operacionais			
Pessoal		(4.398)	(5.415)
Materiais		(21)	(44)
Serviços de terceiros		(6.085)	(6.231)
Tributos		(1)	(35)
Arrendamentos e aluguéis		(534)	(662)
Depreciação e amortização		(63.969)	(63.540)
Outros		<u>654</u>	<u>300</u>
Total		<u>(74.352)</u>	<u>(75.627)</u>
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		<u>74.543</u>	<u>61.169</u>
Receitas financeiras	21	8.795	9.567
Despesas financeiras	21	<u>(68.592)</u>	<u>(71.477)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>14.746</u>	<u>(741)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos		<u>(22.226)</u>	<u>(23.686)</u>
Prejuízo líquido do exercício		<u>(7.480)</u>	<u>(24.427)</u>
Resultado por ação		(0,00)	(0,01)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras regulatórias.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	31/12/2019	31/12/2018
Prejuízo do exercício	(7.480)	(24.427)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de resultado abrangente do exercício	<u>(7.480)</u>	<u>(24.427)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras regulatórias.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Milhares de Reais)

	Reservas de lucros						Total
	Capital social	Legal	Reserva de incentivos fiscais	Lucros retidos	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	1.508.073	12.816	-	40.495	144.369	(227.771)	1.477.982
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(24.427)	(24.427)
Constituição de reserva legal	-	3.923	-	-	-	(3.923)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	(40.495)	-	40.495	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(18.634)	(18.634)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	(144.369)	144.369	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	1.508.073	16.739	-	-	-	(89.891)	1.434.921
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(7.480)	(7.480)
Constituição de reserva legal societária	-	3.944	-	-	-	(3.944)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais societário	-	-	12.849	-	-	-	12.849
Constituição de reserva de retenção de lucros societária	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios societário	-	-	-	-	-	(18.736)	(18.736)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	1.508.073	20.683	12.849	-	-	(120.051)	1.421.554

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras regulatórias.

Matrinhã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Milhares de Reais)

	31/12/2019	31/12/2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos imposto de renda e da contribuição social	14.746	(741)
Ajuste de itens que não causaram impacto no caixa		
Depreciação regulatória	63.969	63.540
Despesas de juros de empréstimos e debêntures	66.252	70.611
Provisão Contingência	(1.802)	4.581
Aumento/redução nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	4.553	(7.005)
Impostos a recuperar	(17.451)	(696)
Outros ativos circulantes	(7.075)	(7.529)
Fornecedores	1.975	376
Imposto de renda e contribuição social	(4.651)	4.651
Impostos e contribuições sociais	18.302	(143)
Salários e encargos	(293)	550
Outros passivos circulantes	132	1.546
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	138.657	129.741
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(8.264)	(18.214)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	130.393	111.527
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Caixa restrito	(5.301)	17.308
Aquisição de imobilizado	(44.017)	(458)
Intangível	(100)	(12)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(49.418)	16.838
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Captação de empréstimo	-	16.165
Pagamento de principal - Empréstimos	(57.108)	(53.157)
Pagamento de juros - empréstimos e debêntures	(55.208)	(40.995)
Dividendos pagos	-	(50.000)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(112.316)	(127.987)
REDUÇÃO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(31.341)	378
INÍCIO DO EXERCÍCIO	116.634	116.256
FINAL DO EXERCÍCIO	85.293	116.634
REDUÇÃO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(31.341)	378

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. (“Companhia”), Companhia privada, de capital fechado, foi constituída em 14 de março de 2012 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - 11º andar, Centro no Rio de Janeiro. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica.

Esta atividade é regulamentada pela Agencia Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

a. Da concessão

A Companhia foi constituída a partir do Consórcio Matrinchã que foi o vencedor do Lote A do Leilão de Transmissão nº 02/2012, realizado pela ANEEL em 09 de março de 2012. O Lote A é composto por três linhas de transmissão, com total de 1.005 KM de extensão, e por três subestações. Todas as instalações são no Estado do Mato Grosso.

A Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 012/2012 em 10/05/2012, para a construção das linhas de transmissão Paranaíta - Cláudia - Paranatinga - Ribeirãozinho e construção das Subestações Paranaíta, Cláudia e Paranatinga.

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora), regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, estabelecendo (i) quais os serviços que o operador deve prestar e (ii) os padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede. Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização.

A remuneração é regulada através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela receita anual permitida (RAP), parcela garantida pelo Poder Concedente para remunerar o operador, com fator de reajuste anual pelo IPCA em 1º de julho de cada ano. Além disso, há previsão contratual para revisão tarifária no 5º, 10º e 15º anos de vigência a partir da data de assinatura do contrato. A RAP vencedora do Leilão de Transmissão de R\$ 126.420 mil, teve acréscimos oriundos de escopos adicionais aprovados mediante as resoluções autorizativas da ANEEL (REA) nº 5050/2015 e 5456/2015, além de ser reajustada de tempos em tempos tendo sua evolução demonstrada a seguir:

- 2016/2017- R\$ 189.448 mil;
- 2017/2018- R\$ 174.208 mil; (primeira revisão tarifária)
- 2018/2019- R\$ 182.528 mil;
- 2019/2020 – R\$ 191.031 mil.

O Contrato de Concessão dispõe que o início da operação comercial deveria ocorrer em 32 (trinta e dois) meses contados da data da assinatura, sendo então 10/01/2015. Entretanto, devido a fatos alheios à vontade da Companhia, extraordinários e imprevisíveis, caracterizados na forma da Cláusula Quinta, Subcláusulas Terceira a Sexta, do Contrato de Concessão e legislação aplicável, alguns marcos intermediários do cronograma não foram alcançados na data prevista no Contrato de Concessão.

Em outubro de 2015 as obras do ramal que liga os trechos desde a subestação de Claudia até a subestação de Sinop, foram concluídas permitindo o escoamento de parte da energia produzida na Usina Hidrelétrica (UHE) de Teles Pires através dos trechos desde a subestação de Paranaíta até a subestação de Claudia e até a subestação de Sinop.

Em 23 de janeiro de 2018, a Cia. recebeu do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), o Termo de Liberação Definitivo (TLD) com o indicativo de Operação Comercial Definitivo em 08 de dezembro de 2017, desta forma, encontrando-se apta a receber a RAP em sua integralidade.

Em 25 de junho de 2019, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.408, estabeleceu a RAP total "Leilão + Autorizações" em R\$ 191.03' para o período de 1 de julho de 2019 a 30 de junho de 2020 (R\$ 182.528 para o período de 1 de julho de 2018 a 30 de junho de 2019).

b. Regime especial de incentivos para o desenvolvimento da infraestrutura (REIDI)

A Companhia, por ter projetos aprovados de construção de infraestrutura no setor de energia, obteve a habilitação para operar no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), que concede o benefício fiscal da suspensão da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

c. Licenciamento Ambiental

A Companhia teve sua Licença de Operação, expedida pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA/MT), do Governo do Estado de Mato Grosso, em 29 de julho de 2016, sob número 313167/2016, emitida sem ressalvas, válida até 28 de julho de 2019. O pedido de renovação da LO foi protocolado dentro do prazo exigido pela legislação e a companhia ainda aguarda parecer do órgão ambiental, restando a licença prorrogada nos termos do parágrafo 4 do artigo 14 da Lei Complementar 140 de 8 de dezembro de 2011. Todas as condicionantes listadas nesta Licença de Operação estão sendo cumpridas conforme o previsto.

2 Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do ministério de Minas e Energia ("MME"), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

3 Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações financeiras societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação diferentes em certos aspectos. Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. No entanto, a base para apuração fiscal corrente e dos dividendos é o lucro apurado com base nas práticas contábeis societárias e divulgado nas demonstrações financeiras societárias da Companhia.

A emissão das demonstrações contábeis regulatórias da Companhia foi autorizada pela Diretoria em 09 de junho de 2020.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis regulatórias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis regulatória, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Avaliação de instrumentos financeiros

A Companhia faz uso de técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A Nota Explicativa nº 7.11 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.

b. Impostos, contribuições e tributos

Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, na medida em que julga necessário e com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte de autoridades fiscais das jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência em auditorias fiscais anteriores podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados na nota explicativa nº 12

6 Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados conforme citado na nota explicativa 7.

7 Principais práticas contábeis regulatórias

A Companhia aplicou as principais políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis regulatórias.

7.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender os compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

7.2 Imobilizado

7.2.1 Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir

em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

7.2.2 Imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

7.3 Intangíveis

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

7.4 Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida, quando aplicável, no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado e, é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e/ou variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

7.5 Dividendos

O estatuto social da Companhia prevê que, no mínimo, 25% do lucro líquido societário anual seja distribuído a título de dividendo. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete à Assembleia de Acionistas deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído

no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “dividendo adicional proposto” no Patrimônio Líquido.

7.6 Receita sobre aplicações financeiras

A receita de juros é reconhecida no resultado se não estiver relacionada a financiamentos para a construção do ativo em construção, quando é registrada no ativo imobilizado, com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

7.7 Despesas de empréstimos e debêntures

As despesas de juros são reconhecidas no resultado se não estiver relacionada a financiamentos para a construção do ativo em construção, quando é registrada no ativo imobilizado pelo método dos juros efetivos.

7.8 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240, para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre Lucro Líquido societário, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido societário compreende os impostos correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado.

7.8.1 *Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido societário corrente*

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no Balanço Patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

7.8.2 *Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido societário diferido*

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de passivos para fins de demonstrações contábeis regulatórias e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera liquidar seus passivos.

7.9 Encargos regulatórios

A receita de prestação de serviço de transmissão está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS e Programa de Integração Social - PIS a alíquota de 9,25%;
- Reserva Global de Reversão - 2,6% do faturamento. É usada para financiar o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica
- Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE mensal fixado pelos Despachos emitidos pela ANEEL.

As concessionárias e permissionárias de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida, apurada de acordo com o disposto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em Pesquisa e Desenvolvimento do setor elétrico, conforme Lei nº 9.991/00 e Resolução Normativa Aneel nº 504/12.

Esses encargos são apresentados como deduções da receita de uso do sistema de transmissão na demonstração do resultado.

7.10 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos e passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis, passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

7.10.1 Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

7.10.2 Ativos financeiros não derivativos - Mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e suas mudanças, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

São mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

7.11 Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e suas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

8 Normas contábeis efetivas a partir de 01 de janeiro de 2019

CPC 06 (R2) - Arrendamentos

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das operações de arrendamento mercantil

A Companhia analisou todos os contratos que poderiam ser classificados na abrangência do CPC 06 (R2), e, considerando que os contratos são de valores baixos, não há impactos materiais nas operações e resultados da Companhia.

As seguintes normas alteradas e interpretações não terão impacto significativo nas Demonstrações financeiras da Companhia:

- ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.
- Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações no CPC 48).
- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33).
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas.
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas de CPC.
- IFRS 17 Contratos de Seguros

9 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e Bancos conta movimento	10.964	12.687
Aplicação financeira - CDB Banco Santander	3.937	60.662
Aplicação financeira - Banco Itaú conta vinculada	21	19
Aplicação financeira - CDB Banco Bradesco	7.217	37.352
Aplicação financeira - CDB Banco ABC	33.429	5.914
Aplicação financeira - Banco Itaú Pagamento de debentures	2.216	-
Aplicação financeira - CDB Banco Paraná	27.509	-
	85.293	116.634
Total	85.293	116.634

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 as aplicações financeiras referentes a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) foram remuneradas à taxa média de 98% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

10 Contas a receber de clientes

	31/12/2019	31/12/2018
Vencidos acima de 100 dias	501	2.608
Vencidos de 51 a 100 dias	48	1.200
Vencidos até 50 dias	96	711
A vencer	17.916	18.595
	18.561	23.114
	18.561	23.114

Os faturamentos mensais são efetuados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), com três vencimentos, nos dias 15, 25 e 05 do mês subsequente.

A administração entende que não é necessária a contabilização da provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta fiança bancária.

11 Caixa Restrito

O saldo representa o valor acumulado nas contas reservas do BNDES e das DEBÊNTURES, apresentada em garantia ao contrato de financiamento firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e conforme previsto na Escritura de Segunda Emissão de Debentures da Companhia. O mecanismo de preenchimento destas contas reservas segue estritamente as condições previstas no contrato de financiamento, sendo ajustado periodicamente conforme apuração realizada pelo banco administrador e agente fiduciário. A totalidade do saldo está aplicada em fundo de investimento lastreado em títulos públicos federais conforme previsão contratual.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo do Caixa Restrito está composto conforme segue:

	31/12/2018	Movimentação	31/12/2019
Reserva BNDES	23.878	(2.083)	21.795
Reserva de Debêntures	<u>5.937</u>	<u>7.384</u>	<u>13.321</u>
	<u>29.815</u>	<u>5.301</u>	<u>35.116</u>

12 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social apurados respectivamente com base no Prejuízo fiscal e na Base Negativa da CSLL foram apurados considerando a avaliação feita pela administração com base nos fluxos de caixas futuros e testes de recuperabilidade dos investimentos que indicaram que a Companhia terá rentabilidade para compensar os prejuízos acumulados.

		31/12/2019	31/12/2018
Base de cálculo			
Prejuízo fiscal		100.022	165.804
Base negativa		100.022	154.133
Imposto de renda diferido	25%	25.005	41.451
Contribuição social diferida	9%	<u>9.002</u>	<u>13.872</u>
		<u>34.007</u>	<u>55.323</u>

O reflexo no resultado está demonstrado como segue:

	31/12/2019	31/12/2018
Imposto de renda diferido sobre prejuízo fiscal	(13.069)	-
Contribuição social diferido sobre base negativa	<u>(3.434)</u>	<u>-</u>
Imposto líquido no resultado	<u>(16.503)</u>	<u>-</u>

13 Imobilizado

	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições líquidas	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2019	Valor líquido em 31/12/2018
Ativo Imobilizado em Serviço									
Administração									
Máquinas e Equipamentos	75	421	(50)	-	446	471	(74)	372	34
Móveis e utensílios	71	-	-	-	71	-	(14)	57	57
Veículos	-	314	-	-	314	314	(27)	287	-
Subtotal	146	735	(50)	-	831	785	(115)	716	91
Transmissão									
Máquinas e Equipamentos	2.087.361	-	-	13.460	2.100.821	13.460	(226.113)	1.874.708	1.923.651
Edificações e obras civis	37.128	-	-	1.522	38.650	1.522	(5.014)	33.636	33.574
Terrenos	841	-	-	-	841	-	-	841	841
Móveis e utensílios	233	-	-	-	233	-	(52)	181	195
Subtotal	2.125.563	-	-	14.982	2.140.545	14.982	(231.179)	1.909.366	1.958.261
Ativo Imobilizado em Curso									
Transmissão									
Máquinas e Equipamentos	-	1.732	-	(4.282)	(2.550)	(2.550)	-	(2.550)	-
Edificações e obras civis	7.656	29.185	-	(1.526)	35.315	27.659	-	35.315	7.656
A Ratear (Pessoal e Serviços de terceiros)	-	2.114	-	(1.974)	140	140	-	140	-
Adiantamentos a Fornecedores	13.102	5.048	-	(7.200)	10.950	(2.152)	-	10.950	13.102
Bens não vinculados a concessão	-	2.587	-	-	2.587	2.587	-	2.587	-
Material em depósito e Melhorias na linha	-	2.666	-	-	2.666	2.666	-	2.666	-
Subtotal	20.758	43.332	-	(14.982)	49.108	28.350	-	49.108	20.758
Total do Ativo	2.146.467	44.067	(50)	0	2.190.484	44.117	(231.295)	1.959.189	1.979.110

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2019		2018	
		Bruto	Depreciação e Amortização Acumuladas	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço					
Transmissão		2.140.546	(231.180)	1.909.366	1.958.261
Custo histórico	4%	2.140.546	(231.180)	1.909.366	1.958.261
Administração		831	(115)	716	91
Custo histórico	10%	831	(115)	716	91
Total em serviço		2.141.377	(231.295)	1.910.082	1.958.352
Em Curso					
Transmissão		49.107	-	49.107	20.758
Custo histórico		49.107	-	49.107	20.758
Total em serviço		49.107	-	49.107	20.758
Total Imobilizado		2.190.484	(231.295)	1.959.189	1.979.110

Adições de imobilizado em curso

MR\$	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Outros Gastos	Total
Máquinas e Equipamentos	1.679	-	53	1.732
A Ratear	-	1.843	271	2.114
Edificações e obras civis	-	29.185	-	29.185
Adiantamentos a Fornecedores	-	5.048	-	5.048
Bens não vinculados a concessão	2.587			2.587
Material em depósito e Melhorias na linha	1596	-	1.071	2666
Total das Adições	5.861	36.076	1.395	43.332

Principais taxas de depreciação por macro atividade:

	Taxa anuais de depreciação (%)
Rede básica	
Edificações, obras civis e benfeitorias	7,89%
Máquinas e equipamentos	6,29%
Móveis e utensílios	13,07%
Administração central	
Máquinas e equipamentos	33,34%
Veículos	28,58%
Móveis e utensílios	12,50%
Intangível em serviço	
Rede básica	
Servidões	2,46%

Administração central

Softwares 40,00%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na transmissão de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

14 Intangível

	Valor bruto em 31/12/2018	Adições	Baixas	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições líquidas	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
Ativo Intangível em Serviço								
Transmissão								
Servidões	30.601	-	-	30.601	-	-	30.601	30.601
Subtotal	30.601	-	-	30.601	-	-	30.601	30.601
Administração								
Software	145	127	-	272	127	(85)	187	89
Subtotal	145	127	-	272	127	(85)	187	89
Ativo intangível em curso								
Transmissão								
Software	17	26	-	43	26	-	43	17
Servidões	5.706	-	(53)	5.653	(53)	-	5.653	5.706
Subtotal	5.723	26	(53)	5.696	(27)	-	5.696	5.723
Total do Ativo Intangível	36.469	153	(53)	36.569	100	(85)	36.484	36.413

15 Fornecedores

	31/12/2019	31/12/2018
Itumbiara transmissora de energia S.A.	3.019	586
China Epri Science & Technology CO.	2.255	2.255
Sistema Pri Engenharia Ltda.	50	50
Process -Protection and control for Energy	55	55
Leme Engenharia	114	114
Nari Group Coporation	-	593
Phelps Dodge International Brasil Ltda.	2.341	2.341
Nexans Brasil S.A.	649	649
Brametal S.A.	2.423	2.423
Grid Solution	431	-
Outros	982	1.278
	12.319	10.344

Os valores referem-se a fornecimento de serviços e equipamentos.

16 Empréstimos e financiamentos

Empréstimos BNDES							
	31/12/2018	Captação	Juros Amortização Apropriados	Amortização de Juros	Amortização de Principal	Custo de transação a amortizar	31/12/2019
BNDES Subcrédito A	500.106	-	38.100	(36.683)	(47.986)	-	453.537
BNDES Subcrédito B	34.525	-	1.083	(1.088)	(7.014)	-	27.506
Custo de transação	(653)	-	-	-	-	57	(596)
	<u>533.978</u>	<u>-</u>	<u>39.183</u>	<u>(37.771)</u>	<u>(55.000)</u>	<u>57</u>	<u>480.447</u>
Empréstimos BNDES							
	31/12/2017	Captação	Juros Amortização Apropriados	Amortização de Juros	Amortização de Principal	Custo de transação a amortizar	31/12/2018
BNDES Subcrédito A	526.953	16.165	42.784	(39.651)	(46.145)	-	500.106
BNDES Subcrédito B	41.555	-	1.327	(1.344)	(7.013)	-	34.525
Custo de transação	(711)	-	-	-	-	58	(653)
	<u>567.797</u>	<u>16.165</u>	<u>44.111</u>	<u>(40.995)</u>	<u>(53.158)</u>	<u>58</u>	<u>533.978</u>
						31/12/2019	31/12/2018
Passivo circulante						54.967	53.988
Passivo não circulante						<u>425.480</u>	<u>479.990</u>
						<u>480.447</u>	<u>533.978</u>

Em 27 de dezembro de 2013, foi assinado o contrato de financiamento com o BNDES, no valor total de R\$ 691.440. Os recursos destinados a este investimento foram postos à disposição da SPE, sob a forma de três subcréditos:

- **Subcrédito 'A'** - R\$ 614.165, com juros de 1,97% a.a. limitado a 6% da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) divulgada pelo Banco Central do Brasil, a título de remuneração. O objetivo deste subcrédito é financiar as obras civis e demais itens financiáveis necessários à implantação do projeto. O principal desta dívida é pago ao BNDES em 168 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de junho de 2015 e a última em 15 de maio de 2029. Deste subcrédito, já foi desembolsado o total de R\$ 614.615.
- **Subcrédito 'B'** - R\$ 73.835, com juros à taxa fixa de 3,5% a.a., a título de remuneração. Este subcrédito é destinado à aquisição de máquinas e equipamentos nacionais necessários para a implantação do projeto. O principal desta dívida é pago ao BNDES em 102 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de junho de 2015 e a última em 15 de novembro de 2023. Deste subcrédito já foi desembolsado o total de R\$ 58.133.
- **Subcrédito 'C'** - R\$ 3.440, com TJLP, limitada à 6% a.a.. Este subcrédito é destinado a investimentos sociais não contemplados no licenciamento ambiental e/ou nos programas socioambientais do Projeto Básico Ambiental. O principal desta dívida será pago ao BNDES em 161 prestações mensais e sucessivas a partir do seu desembolso. Esta linha de crédito ainda não começou a ser utilizada.

Como garantia do financiamento, a Companhia assinou o contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, cedendo os direitos relacionados ao Contrato de Concessão.

Em 31 de dezembro de 2019, o cronograma de vencimento dos empréstimos está detalhado a seguir:

	2020	2021	2022	2023	Após 2023	Total
BNDES Subcrédito A	47.965	47.965	47.965	47.965	261.152	453.012
BNDES Subcrédito B	<u>7.005</u>	<u>7.005</u>	<u>7.005</u>	<u>6.420</u>	<u>-</u>	<u>27.435</u>
	<u><u>54.970</u></u>	<u><u>54.970</u></u>	<u><u>54.970</u></u>	<u><u>54.385</u></u>	<u><u>261.152</u></u>	<u><u>480.447</u></u>

Cláusulas restritivas (Covenants)

Conforme contrato de financiamento junto ao BNDES, a Companhia deve apresentar anualmente Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) maior ou igual a 1,2 e Índice de Capital Próprio igual ou superior a 20%. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia estava em conformidade com as suas cláusulas restritivas. A mensuração do cálculo é realizada anualmente, na data base do exercício.

Principais cláusulas restritivas do BNDES

Manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente e demais órgãos fiscalizadores de aspectos socioambientais, durante o período de vigência deste Contrato;

Informar ao BNDES sobre a existência de qualquer ação ou decisão judicial, processo, procedimento ou decisão administrativa relacionada ao projeto, especialmente quanto aos aspectos ambientais e/ou sociais, no prazo de 3 dias úteis a contar da data em que a beneficiária teve conhecimento da existência de tal ação ou decisão judicial, processo, procedimento ou decisão administrativa; e

Adotar, durante o período de vigência deste Contrato, as medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pelo projeto de que trata a Cláusula Primeira (Natureza, Valor e Finalidade do Contrato).

Matrinchã Transmissora de Energia
(TP Norte) S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias em
31 de dezembro de 2019 e 2018

LIN	INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Renda	Principal	Principal +	Saldo	Indexador	Spread	Cronograma de Amortização					
		Curto Prazo	Curto Prazo	Juros LP	Total	ou Juros	% a.a.	2019	2020	2021	2022+	Total	
9	Ativos Financeiros	623	84.670	35.116	120.409								
9.1	Caixa e Aplicações Financeiras	623	84.670	35.116	120.409								
9.1.1	Saldo Final de Caixa - Conta 111	-	10.964	-	10.964			10.964					10.964
9.1.2	Aplicação Financeira CDB	623	73.707	-	74.329	CDI	98,00%	74.329					74.329
9.1.3	Aplicação Financeira Conta Reserva		-	35.116	35.116	CDI	98,00%		35.116				35.116

RESUMO	Juros	Principal	Principal+	Total	Total
	Curto Prazo	Curto Prazo	Juros LP	2019	2018
Dívida Bruta	-	(54.967)	(425.480)	(480.447)	(533.978)
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	(54.967)	(425.480)	(480.447)	(533.978)
Ativos Financeiros	623	73.706	-	74.329	116.356
Alta Liquidez	623	73.706	-	74.329	116.356
Dívida Líquida	623	18.739	(425.480)	(406.118)	(417.622)

17 Debêntures

	31/12/2018	Custo de Transação	Juros Apropriados	Amortização de Juros	Amortização de Principal	31/12/2019
Debêntures	229.018	-	26.105	(17.437)	(2.108)	235.578
(-) Custo de Transação	(9.488)	907	-	-	-	(8.581)
	219.530	907	26.105	(17.437)	(2.108)	226.997

	31/12/2017	Custo de Transação	Juros Apropriados	31/12/2018
Debêntures	204.959	-	24.059	229.018
(-) Custo de Transação	(11.871)	2.383	-	(9.488)
	193.088	2.383	24.059	219.530

	31/12/2019	31/12/2018
Passivo circulante	27.698	16.204
Passivo não circulante	199.299	203.326
	226.997	219.530

Em 31 de dezembro de 2019, o cronograma de vencimento dos empréstimos está detalhado a seguir:

	2020	2021	2022	2023	Após 2023	Total
Debêntures	25.222	25.222	25.222	25.222	126.109	226.997
	25.222	25.222	25.222	25.222	126.109	226.997

As debêntures possuem as seguintes características:

- Oferta: 2ª Emissão de Debêntures, não conversíveis em ações via ICVM nº 476/09 (Lei 12.431)
- Código do ativo registrado na CETIP: TPNO12
- Rating da emissão: AA+ (Fitch Ratings)
- Valor nominal unitário: R\$1.000 (um mil reais) na data da emissão
- Data de emissão: 15/05/2016
- Pagamento: Semestral, sendo a 1ª amortização em 15/06/2019
- Data de vencimento: 15/06/2029
- Quantidades de debêntures emitidas: 180.000
- Tipo de Remuneração: IPCA
- Taxa de Juros/Spread: 7,58% a.a.
- Garantias compartilhadas com o BNDES

As debêntures possuem cláusulas restritivas “covenants” financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida de no mínimo 1,2 e Índice de Capital próprio igual ou superior à 30% durante a sua vigência. Em 31 de dezembro de 2019, todas as cláusulas restritivas estabelecidas no contrato de financiamento foram cumpridas pela Companhia.

	Principal	Principal +	Saldo	Adimplente?	Data	Tipo de	Indexador	Spread	Vencimento	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo				
	Curto Prazo	Juros LP	Total		Captação	Garantia	ou Juros	% a.a.	Final	2020	2021	2022	2022+	Total
INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA														
Financ. / Emprést. Moeda Nacional														
DEBÊNTURES	27.698	199.299	226.997	Sim	15/05/2016	compatilha com BNDES	IPCA	7,5826%	15/06/2029	27.698	27.698	27.698	143.902	226.997
Total por Dívida														
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	27.698	199.299	226.997							27.698	27.698	27.698	143.902	226.997

18 Passivo contingente

A Companhia, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis.

As provisões realizadas são relacionadas a: (i) Trabalhistas, que são referentes a ações movidas por ex-empregados de empreiteiros e empresas terceirizadas (pleiteando a responsabilidade subsidiária da companhia), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

	31/12/2019	31/12/2018
Trabalhistas	794	625
Outros	303	2.536
	1.097	3.161

As contingências com prognóstico possível estão classificadas conforme abaixo

Trabalhistas		567
Fiscais (a)		8.364
Outros		17.158
		26.089

- (a) Os processos fiscais considerados como possíveis estão em fase inicial, em sua maioria são processos administrativos iniciados pelo Estado do Mato Grosso, no caso do ICMS- Difal e obrigações acessórias, ou pelos Municípios da região, no caso do ISS

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital social da Companhia é de R\$ 1.508.073, dividido em 1.508.073.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada, pela State Grid Brazil Holding S.A. e COPEL Geração e Transmissão S.A., na proporção de 51% e 49%, respectivamente.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	31/12/2019 e	31/12/2018
State Grid Brazil Holding S.A.	769.117	
COPEL Geração e Transmissão S.A.		738.956
		1.508.073

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido societário do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.

c. Reserva de incentivos fiscais

A Companhia reconheceu Reserva de Capital para a contabilização de incentivos fiscais pelo direito à redução de 75% do imposto de renda e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao empreendimento situado na área de atuação da SUDAM, de titularidade da Companhia.

O benefício, aprovado em setembro de 2019, por meio do Ato Declaratório Executivo n°103 da RFB, por intermédio de sua delegacia no Rio de Janeiro, nos termos do Laudo Constitutivo n° 270/2018 de 31 de dezembro de 2018 da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), tem prazo de vigência de 10 anos, sendo seu período de fruição ocorreu a partir de 2018 com término em 2027.

d. Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido societário após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

20 Receita operacional líquida

	31/12/2019	31/12/2018
Disponibilização do sistema de transmissão	200.381	198.200
Receita operacional bruta	<u>200.381</u>	<u>198.200</u>
Deduções da receita operacional		
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(1.701)	(1.718)
Reserva global de reversão - RGR	(8.391)	(4.654)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE	(693)	(879)
Pis	(3.409)	(3.374)
Cofins	<u>(15.700)</u>	<u>(15.543)</u>
	<u>(29.894)</u>	<u>(26.168)</u>
Total receita operacional líquida	<u>170.487</u>	<u>172.032</u>

21 Receitas (despesas) financeiras

	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	7.913	9.627
Variações monetárias ativas	1.021	257
Juros sobre empréstimos	234	-
Outras receitas financeiras	57	173
Pis sobre receitas financeiras	(60)	(69)
Cofins sobre receitas financeiras	<u>(370)</u>	<u>(421)</u>
	<u>8.795</u>	<u>9.567</u>
Despesas financeiras		
Variações monetárias passivas	(122)	(88)
Juros e multas	(1.810)	(208)
Juros sobre empréstimos e debêntures	(65.288)	(70.611)
Despesas com debêntures	(1.081)	-
Outras despesas financeiras	<u>(291)</u>	<u>(570)</u>
	<u>(68.592)</u>	<u>(71.477)</u>
Total	<u>(59.797)</u>	<u>(61.910)</u>

22 Conciliação

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

ATIVO	31/12/2019			31/12/2018		
	Societário	Ajustes IFRS 15	Regulatório	Societário	Ajustes IFRS 15	Regulatório
ATIVO CIRCULANTE						
Caixa e equivalente de caixa	85.293	-	85.293	116.634	-	116.634
Contas a receber de clientes	18.561	-	18.561	23.114	-	23.114
Impostos a recuperar	23.681	-	23.681	6.230	-	6.230
Ativo de contrato	153.588	(153.588)	-	166.773	(166.773)	-
Outros ativos circulantes	20.880	-	20.880	13.806	-	13.806
Total do ativo circulante	302.003	(153.588)	148.415	326.557	(166.773)	159.784
ATIVO NÃO CIRCULANTE						
Ciixa restrito	35.116	-	35.116	29.815	-	29.815
Ativo de contrato	2.417.311	(2.417.311)	-	2.315.718	(2.315.718)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	34.007	34.007	-	55.323	55.323
Imobilizado líquido	5.514	1.953.675	1.959.189	18	1.979.092	1.979.110
Intangível	142	36.342	36.484	15	36.398	36.413
Total do ativo não circulante	2.458.083	(393.288)	2.064.796	2.345.566	(244.905)	2.100.661
TOTAL DO ATIVO	2.760.086	(546.876)	2.213.211	2.672.123	(411.678)	2.260.445
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
PASSIVO CIRCULANTE						
Fornecedores	12.319	-	12.319	10.344	-	10.344
Empréstimos e financiamentos	54.967	-	54.967	53.988	-	53.988
Debêntures	27.698	-	27.698	16.204	-	16.204
Salários e encargos	602	-	602	895	-	895
Impostos e contribuições sociais	1.782	-	1.782	4.845	-	4.845
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	-	-	4.651	-	4.651
Dividendos propostos	62.554	-	62.554	43.818	-	43.818
Outros passivos circulantes	4.175	2	4.177	2.882	-	2.882
Total do passivo circulante	164.097	2	164.099	137.627	-	137.627
NÃO CIRCULANTE						
Empréstimos e financiamentos	425.480	-	425.480	479.990	-	479.990
Debêntures	199.299	-	199.299	203.326	-	203.326
Passivo contingente	1.097	-	1.097	4.581	-	4.581
Imposto de renda e contribuição social diferidos	198.149	(198.149)	-	149.318	(149.318)	-
Outros passivos	1.682	-	1.682	-	-	-
Total do passivo não circulante	825.707	(198.149)	627.558	837.215	(149.318)	687.897
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social	1.508.073	-	1.508.073	1.508.073	-	1.508.073
Reserva legal	20.683	-	20.683	16.739	-	16.739
Reserva de incentivos fiscais	12.849	-	12.849	-	-	-
Reserva de lucros retidos	228.677	(228.677)	-	172.469	(172.469)	-
Prejuízos acumulados	-	(120.051)	(120.051)	-	(89.892)	(89.892)
Total do patrimônio líquido	1.770.282	(348.728)	1.421.554	1.697.281	(262.361)	1.434.920
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.760.086	(546.875)	2.213.211	2.672.123	(411.679)	2.260.444

**Matrinchã Transmissora de Energia
(TP Norte) S.A.**
Demonstrações contábeis regulatórias em
31 de dezembro de 2019 e 2018

	31/12/2019			31/12/2018		
	Societário	Ajustes IFRS 15	Regulatório	Societário	Ajustes ICPC 01	Regulatório
RECEITA OPERACIONAL BRUTA						
Receita de Operações com Transmissão de Energia	146.743	53.638	200.381	143.320	54.879	198.199
Receita de Construção	63.622	(63.622)	-	10.782	(10.782)	-
Remuneração dos ativos de concessão	171.531	(171.531)	-	171.165	(171.165)	-
Amortização do Ativo Financeiro	(146.743)	146.743	-	(118.807)	118.807	-
Receita de operação e manutenção	53.638	(53.638)	-	54.813	(54.813)	-
			-			-
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA						
PIS	(3.409)	-	(3.409)	(3.374)	-	(3.374)
Cofins	(15.700)	-	(15.700)	(15.542)	-	(15.542)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(1.701)	-	(1.701)	(1.718)	-	(1.718)
Quota para reserva global de reversão (RGR)	(8.391)	-	(8.391)	(4.654)	-	(4.654)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE	(693)	-	(693)	(879)	-	(879)
Receita operacional líquida	258.897	(88.410)	170.487	235.106	(63.074)	172.032
Custo de Construção	(38.424)	38.424	-	(470)	470	-
Gastos operacionais	(8.503)	-	(8.503)	(7.239)	(41)	(7.280)
Despesas de operação e manutenção - O&M	(13.089)	-	(13.089)	(27.956)	-	(27.956)
LUCRO BRUTO	198.881	(49.986)	148.895	199.441	(62.645)	136.796
Despesas operacionais						
Pessoal	(4.398)	-	(4.398)	(5.415)	-	(5.415)
Serviços de terceiros	(6.085)	-	(6.085)	(6.231)	-	(6.231)
Depreciação	-	(63.897)	(63.897)	-	(63.521)	(63.521)
Outros	28	-	28	(460)	-	(460)
Total de despesas	(10.455)	(63.897)	(74.352)	(12.106)	(63.521)	(75.627)
Lucro (prejuízo) antes das receitas e despesas financeiras	188.426	(113.883)	74.543	187.335	(126.166)	61.169
Receitas financeiras	8.795	-	8.795	9.567	-	9.567
Despesas financeiras	(68.592)	-	(68.592)	(71.477)	-	(71.477)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	128.629	(113.883)	14.746	125.425	(126.166)	(741)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(5.723)	-	(5.723)	(23.686)	-	(23.686)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(44.018)	27.515	(16.503)	(23.279)	23.279	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	78.888	(86.368)	(7.480)	78.460	(102.887)	(24.427)

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória.

22.1 Ativo de contrato

A Companhia é abrangida pelo escopo do CPC 47. A receita é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão da obra e mensurada com base nos seus valores justos. Os custos de desenvolvimento da infraestrutura são reconhecidos à medida que são incorridos..

Considerando que para fins das demonstrações contábeis regulatórias deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado e/ou intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos) oriundos da aplicação desta interpretação.

22.2 Imobilizado e intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção do CPC 47 nas Demonstrações Financeiras Societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo de contrato, vide nota de ajuste.

Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e/ou intangível.

22.3 Receita e custo de construção

Para fins das demonstrações contábeis regulatórias, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas/custos de construção decorrentes da aplicação do CPC 47.

22.4 Remuneração do ativo de contrato (resultado)

Para fins das demonstrações contábeis regulatórias, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente à remuneração do ativo de contrato decorrentes da aplicação do CPC 47.

22.5 Impostos diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste 24.1, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos) oriundos da aplicação desta interpretação.

22.6 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2019	31/12/2018
Patrimônio líquido societário	1.770.282	1.697.281
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo de contrato	(2.570.901)	(2.482.491)
Impostos diferidos ativos	34.007	55.323
Imobilizado	1.953.675	1.979.092
Intangível	36.342	36.398
Impostos diferidos passivos	198.149	149.318
Patrimônio líquido regulatório	1.421.554	1.434.921

22.7 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido conforme contabilidade societaria	78.888	78.459
Efeito dos ajustes entre contabilidade societaria versus regulatória		
Atualização do ativo de contrato CPC 47	(171.531)	(171.166)
Margem de construção	(25.197)	(10.311)
Amortização do ativo de contrato	146.743	118.807
Depreciação regulatória	(63.897)	(63.495)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	27.515	23.279
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	(7.480)	(24.427)

23 Transações com partes relacionadas

23.1 Remuneração de Administradores

Em 31 de dezembro de 2019 a remuneração dos Conselheiros e Administradores foi de R\$ 685 (R\$ 1.045 em 31 de dezembro de 2018).

23.2 Operações comerciais

Partes relacionadas	Natureza contábil	Natureza da operação	31/12/2019	31/12/2018
Passivo				
Itumbiara Transmissora De Energia S.A.	Fornecedores	Despesas de O&M/CCI	<u>3.019</u>	<u>586</u>
			<u>3.019</u>	<u>586</u>
Partes relacionadas				
Resultado				
State Grid Brasil Holding -Aluguel	Custos administrativos	Aluguel	533	482
Itumbiara Transmissora De Energia S.A.	Custo operacional	Despesas de O&M/CCI	<u>3.282</u>	<u>11.181</u>
			<u>3.815</u>	<u>11.663</u>

24 Instrumentos financeiros

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco e de capital exercidos pela Companhia.

24.1 Gerenciamento de riscos

Visão geral - a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a. Risco de crédito.
- b. Risco de mercado.
- c. Risco operacional.

Estrutura de gerenciamento de risco - o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia.

a. Riscos de crédito

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, Ativo de contrato e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	85.293	116.634
Contas a receber	18.561	23.114
Caixa restrito	35.116	29.815
	138.970	169.563

- **Caixa restrito:** Representado pelo valor acumulado nas contas reservas do BNDES e das DEBENTURES, apresentada em garantia ao contrato de financiamento firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e conforme previsto na Escritura de Segunda Emissão de Debentures da Companhia.
- **Contas a receber:** A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando que o Custo de Uso do Sistema de Transmissão “CUST”, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: “Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão.” São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Contrato de Constituição de Garantia - CCG e ii) Carta de Fiança Bancária - CFB.

As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir:

- Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores.
- As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários.
- Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários.
- No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

b. Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém os mesmos são monitorados periodicamente pela Administração. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

- **Risco de taxa de juros:** refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia é:

Instrumentos financeiros por indexador	31/12/2019	31/12/2018
Aplicações financeiras (títulos e valores mobiliários)		
CDB-DI	72.091	103.928
Fundo de Renda Fixa Soberano Simples - Itaú	2.216	19

Dessa forma, eventual desvalorização nas taxas de juros poderá impactar negativamente o resultado da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - Aplicações financeiras

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas variáveis dos instrumentos financeiros em aberto no fim do período de relatório. A análise é preparada assumindo que o valor dos ativos a seguir esteve em aberto durante todo o período, ajustado com base na taxa CDI estimada para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos para a Companhia. O CDI utilizado para cálculo do cenário provável é referenciado por fonte externa independente, cenário este que é utilizado como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente). Nos cálculos dos cenários foi considerada uma rentabilidade de 100% do CDI e as outras variáveis envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir.

- **Fonte:** a taxa utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo BACEN.

Com relação às aplicações financeiras, os cenários A e B consideram uma redução da taxa CDI em 25% e 50%, respectivamente, conforme abaixo:

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	Cenário A	Cenário B
Ativos Financeiros					
Aplicações financeiras	72.091	Queda da taxa CDI	5.227	3.922	2.610
Referência para ativos financeiros			Cenário provável	-25%	-50%
			7,25%	5,44%	3,62%

Demonstra o resultado financeiro para os próximos doze meses, considerando CDI médio estimado de 7,25% para o período, de acordo com a expectativa do mercado.

Com relação aos empréstimos e financiamentos, os cenários A e B consideram uma elevação da TJLP em 25% e 50%, respectivamente.

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	Cenário A	Cenário B
Passivos Financeiros					
BNDES	480.447	Alta da taxa TJLP	31.565	39.445	47.324
Debêntures	226.997	Alta do IPCA	9.102	11.372	13.665
Referência para passivos financeiros:			Cenário provável	25%	50%
TJLP (%)			6,57%	8,21%	9,85%
IPCA (%)			4,01%	5,01%	6,02%

Demonstra o resultado financeiro para os próximos doze meses, considerando TJLP estimado de 6,57%, de acordo com a expectativa do mercado.

Considerando o IPCA estimado de 4,01% de acordo com Boletim Focus do Banco Central, para a remuneração de debêntures.

- **Risco de inflação** - A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, a Companhia poderia não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.
- **Risco de captação** - A Companhia poderá enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida.

c. Riscos operacionais

Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

- **Risco técnico** - A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a re colocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (**Parcela Variável**).
- **Riscos regulatórios** - A Companhia está sujeita à extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.
- **Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura** - Caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades.

Os atrasos de construção de novas instalações podem estar ligados ao fato de a Companhia depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, estar sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso relevante nos resultados da Companhia.

Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, a Companhia tem à disposição poucos fornecedores.

- **Risco de seguros** - A Companhia contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas linhas de transmissão e subestações. A Companhia adota os critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, que consistem em segurar os equipamentos mais relevantes e significativos para a operação, mantendo-os com elevados níveis de segurança aos potenciais sinistros.

24.2 Categorias de instrumentos financeiros

Ativos financeiros	Categoria
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado
Caixa restrito	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber	Valor justo por meio do resultado
Passivos financeiros	
Fornecedores	Outros passivos financeiros
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros
Debêntures	Outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil.

Classificações contábeis e valores justos

No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos:

- **Caixa e equivalentes de caixa** - contas correntes conforme posição dos extratos bancários.
- **Caixa restrito** - representado pelo valor acumulado nas contas reservas do BNDES e das DEBENTURES
- **Empréstimos e financiamentos** - a Companhia considera que os valores justos para o financiamento do BNDES são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.
- **Debêntures** - a Companhia considera que os valores justos para as debêntures e são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.

Hierarquia do valor justo

- **Nível 1** - Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.

- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros registrados e classificados pela Companhia a valor justo por meio do resultado foram classificados no nível 2. Não houve instrumentos financeiros alocados aos Níveis 1 e 3, nem ocorreram transferências de níveis no exercício observado.

Gerenciamento do capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do setor e do mercado, e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários.

25 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2019, a cobertura de seguros era como abaixo:

Tipo de seguro	Vigência		Importância segurada	Apólice
	Início	Fim		
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	12/04/2019	12/04/2020	R\$ 20.000	100.10.00000789
Garantia de Performance / Fiel Cumprimento do contrato de Concessão	30/09/2019	30/09/2020	R\$ 90.000	024612015000107750008718
Riscos Operacionais	12/02/2019	12/02/2020	R\$ 155.923	519.61000259
Responsabilidade Civil	12/02/2019	12/02/2020	R\$ 10.000	1005100022653

26 Eventos Subsequentes

A rápida disseminação do vírus SARS-COV-2, comumente chamado de Coronavírus e da doença a ele correlacionada, a COVID-19, cujos primeiros diagnósticos ocorreram em dezembro de 2019, levou a Organização Mundial da Saúde (OMS) a declarar, em 11 de março de 2020, a doença como uma pandemia global, conduzindo os governos de praticamente todos os países a implementarem medidas de afastamento social de suas populações para conter a velocidade de contágio. Tais medidas vêm causando uma recessão econômica em escala mundial, devido principalmente à disrupção das cadeias de suprimento e à interrupção de atividades em diversos setores da economia, consequentemente causando volatilidade nos preços de ativos, nas taxas de câmbio e nos juros.

Em resposta aos efeitos da desaceleração econômica, os diversos governos vêm anunciando pacotes de estímulos econômicos e alívio humanitário para minimizar o impacto inicial da COVID-19, buscando superação da recessão econômica.

i) Ações implementadas pelo Governo Brasileiro e pela ANEEL

No Brasil, o governo federal tem centralizado as medidas de auxílio econômico e financeiro, por meio dos poderes executivo e legislativo, bem como das agências reguladoras, visando apoiar as empresas e demais setores da economia na mitigação dos efeitos e na superação de uma potencial crise econômica. Dentre os atos legislativos, cabe destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020 e que declara o estado de calamidade pública permitindo ao governo a adoção de uma série de ações, bem como garantindo agilidade nos atos da administração pública.

A ANEEL tem evitado ações com alto impacto econômico ou que pressionem em demasia as tarifas pagas pelos consumidores finais de energia elétrica, pautando suas medidas pela necessidade de quantificação dos desequilíbrios financeiros e econômicos, na preservação dos contratos e na modicidade e estabilidade das tarifas no médio e longo prazo. Este viés da agência visa evitar a criação de um círculo vicioso de inadimplência e conseqüentemente um desequilíbrio dos contratos. A Nota Técnica nº 01/2020-GMSE/ANEEL traz a avaliação inicial dos efeitos da pandemia de COVID-19 no setor elétrico brasileiro, com apresentação de propostas a serem avaliadas, no curto e médio prazo, para seu enfrentamento.

Com base nas observações da Companhia, a ANEEL tem demonstrado maior preocupação com o segmento de distribuição, que deve ser atingido pela redução de demanda no segmento de consumo na medida em que estabelecimentos industriais e comerciais são fechados e por um possível aumento da inadimplência, tendo em vista que deixa de ser permitida a suspensão de fornecimento para consumidores inadimplentes. Ressalte-se que o segmento de distribuição é responsável pela maior parte da geração de receita do setor elétrico, sendo objeto da maior parte das alternativas de socorro e de mitigação dos efeitos da pandemia sobre o setor implementadas pela ANEEL.

Para o segmento de transmissão, dentre as medidas divulgadas na Nota Técnica nº 01/2020-GMSE/ANEEL, cabe destacar a utilização dos saldos remanescentes das apurações mensais de encargos de transmissão para aliviar os custos de transmissão do segmento de consumo, referentes aos meses de abril, maio e junho de 2020. A utilização desse saldo remanescente equivale à antecipação da Parcela de Ajuste (PA), que seria considerada a partir do Ciclo Tarifário 2020/2021, que se inicia em 1º de julho de 2020. Haja vista a existência de um superávit de arrecadação no Ciclo Tarifário 2019/2020, da ordem de R\$ 500 milhões, o saldo remanescente poderá ser utilizado para reduzir os encargos dos meses de abril, maio e junho de 2020, aliviando os custos de transmissão para o segmento de consumo e contribuindo para evitar inadimplências no segmento de transmissão.

Embora essa medida tenha impacto imediato no fluxo de caixa das transmissoras, não tem efeitos econômicos, uma vez que apenas antecipa a devolução das sobras financeiras que se daria ao longo do Ciclo Tarifário 2020/2021.

ii) Medidas adotadas pela Companhia

A Companhia tem sua atividade enquadrada no rol de atividades essenciais e, por isso, implementou uma série de medidas para manter a normalidade de suas operações, em linha com as recomendações dos órgãos governamentais e buscando preservar seus colaboradores, além de evitar a propagação da doença.

Considerando o cenário atípico atualmente vivenciado, com efeitos potencialmente imprevisíveis, não é possível precisar os impactos nas operações da Companhia. Da mesma forma, ainda não estão suficientemente claros os efeitos da pandemia na economia e, principalmente, por quanto tempo esses efeitos irão perdurar. Para pautar suas ações, a Companhia considerou alguns cenários de quebra de receita, analisando de forma conservadora os impactos vis a vis a necessidade de caixa mínimo. Visando o aumento da liquidez durante o período de incerteza, a Companhia adotou as seguintes ações:

- adesão à suspensão temporária de amortizações do empréstimo contratado junto ao BNDES (*stand still*), pelo prazo de seis meses com o diferimento no restante do contrato;
- postergação do recolhimento, da Contribuição Previdenciária e do seguro contra acidentes relativos às competências março e abril para os meses de agosto e outubro de 2020;
- postergação do recolhimento do FGTS, referente às competências de abril e maio, que deverão ser pagos a partir de julho e poderão ser parcelados em até seis vezes, de julho até dezembro de 2020;
- redução das alíquotas das contribuições aos serviços sociais autônomos (sistema S) no período compreendido entre abril e junho de 2020;
- analisa-se a prorrogação dos prazos para a entrega de obrigações acessórias, como DCTF e EFD, dentre outras, assim como de obrigações regulatórias.

iii) Impacto nas Demonstrações Financeiras

A Companhia entende que não existe risco relevante de inadimplência de seus clientes, devido ao faturamento ser pulverizado e haver garantia que cobre as obrigações e pode ser acionada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Na data de fechamento deste relatório a inadimplência havia variado muito pouco em relação aos períodos anteriores e se relaciona principalmente a clientes que discutem a exigibilidade de pagamento perante o ONS. Desta forma não foi considerado nenhum valor para PDD ou a possibilidade de redução no valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*), tendo em vista as medidas que estão sendo estudadas pela ANEEL e a grande quantidade de incertezas envolvendo a duração da crise.

Ressalta-se que, até o momento, não houve necessidade da Companhia realizar a revisão do seu planejamento estratégico e do plano de investimentos em curso, pois as projeções de caixa, mesmo podendo ser afetadas conforme acima exposto, ainda comportam as despesas e investimentos previstos. As rupturas das cadeiras de fornecimento não afetaram os negócios da Companhia uma vez que os contratos e ordens de compra estratégicos estavam fechados antes do início da pandemia e as atividades transcorrem normalmente.